

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siuffi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 320/2024-PGJ, DE 26.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli 5 (cinco) dias de folga compensatória em 29 e 30.4.2024 e de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 426/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 479/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 4 (quatro) dias de folga compensatória de 2 a 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023 e 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº e-167/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jaria Tania da Silva Toledo, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.1 a 25.4.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-168/2024/PGJ, DE 8.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eliane Angelina Simoes Moreira So e Silva, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 26.1 a 2.2.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-169/2024/PGJ, DE 8.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Stella Trota, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 8.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-170/2024/PGJ, DE 8.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Thuliana Alves da Silveira, ocupante do cargo de Assessor Revisor, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 22.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

EDITAL Nº 01/2024

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2281/2023-PGJ, de 12.05.2023, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 2896, de 16.05.2022, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2024, referente aos documentos da do Departamento Auxiliar do Órgãos Superiores, através do Formulário de Recolhimento para eliminação encaminhado a comissão através do PU 02.204.000065229, conforme os termos da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022..

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Eliminação de Documentos, até o dia 16.02.2024.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande/MS, 08.02.2023

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2024

| | | |
|---|---|-----------|
| PROVENIÊNCIA – (órgão Produtor) | JUSTIFICATIVA E OBSERVAÇÕES: Conforme disposto na Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19.04.2022, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos Nº 02/2023 | |
| Departamento Auxiliar do Órgãos Superiores | | |
| PROCEDÊNCIA – (Órgão Responsável pelo arquivamento) | | |
| Departamento Auxiliar do Órgãos Superiores | | |
| DESCRIÇÃO DOCUMENTOS | ANO INICIAL | ANO FINAL |
| Constituição Federal-2008 Lei Orgânica-Lei Complementar nº 72/94- cópias e originais Encadernações da Lei Orgânica 72/94 cópias Encadernações Regimento Interno do Conselho Superior do MP (cópias) Encadernações Regimento interno do Colégio de Procuradores (cópias) Encadernações enunciados do Conselho Superior do MP (cópias) Encadernação de Curso de Cerimonial &protocolo Cópias de Resoluções | 2008 | 2017 |
| RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos | | |

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00007312-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SERIAL SISTEMAS LTDA**, representada por **Arnaldo José de Oliveira Rocha**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação, pela Contratada, de serviço de manutenção preventiva e corretiva de sistema de detecção e alarme de incêndio, instalado no edifício sede das Promotorias de Justiça da Capital, unidade da Rua da Paz, em Campo Grande/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 7.816,00 (sete mil oitocentos e dezesseis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000451, de 31.01.2024.

Vigência: 08.02.2024 até 08.02.2025.

Data de assinatura: 8 de fevereiro de 2024.



EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS, TJMS E MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL

Processo: 09.2023.00006576-9

Partes:

1. **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**, com a interveniência da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, representada pelo Promotor de Justiça, **Thiago Barile Galvão de França**;
2. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Presidente, **Sérgio Fernandes Martins**, com a interveniência da Coordenadoria da Infância e da Juventude, representada pela Desembargadora, **Elizabete Anache**, e da 2ª Vara Cível e Criminal de Chapadão do Sul, representada pela Juíza, **Bruna Tafarelo**;
3. **MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL**, representado pelo seu Prefeito, **João Carlos Krug**.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Execução de ações conjuntas do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Chapadão do Sul, em regime de mútua cooperação, visando à implantação, o desenvolvimento, e o acompanhamento do “Programa Justiça Restaurativa Escolar”, nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino da comarca de Chapadão do Sul, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 27.11.2023 a 27.11.2025.

Data da assinatura: 27 de novembro de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0014/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2024.00008758-9 em que constam como investigado John Wayne De Azevedoe vítima Maria Aparecida Da Silvaconforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0015/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policia dos Autos nº 08.2024.00010523-8 em que constam como investigado Robson Hideo Silva Kanetae vítima Michely Oliveira De Jesusconforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0016/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00010566-0 em que constam como investigado Derli Caetano Apolinario e vítima Nobe Dias Caetano conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0017/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00008861-1 em que constam como investigado Caio Felipe Gonzales Jarae e vítima Perola Cristina Rivera De Souza conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0018/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00012205-9 em que constam como investigado Santiago Ferreira Lima e vítima Patrícia Oliveira Gutierrez conforme se transcreve: “Ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal, conforme decisão anexa.”

Campo Grande/MS, 07 de fevereiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

APARECIDA DO TABOADO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802606-17.2022.8.12.0024, em que constam como vítimas M.B.M² e J.A.S, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas com relação à infração penal disposta no artigo 21 do DL nº 3.688/41, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Aparecida do Taboado/MS, 08 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802156-40.2023.8.12.0024, em que constam como investigado L.J.S⁴, e vítima Q.M.A.S, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a materialidade delitiva da infração penal prescrita no art. 24-A da Lei nº 11.340/06, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Aparecida do Taboado/MS, 08 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802157-25.2023.8.12.0024, em que constam como investigado L.J.S⁶, e vítima Q.M.A.S, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a materialidade delitiva da infração penal prescrita no art. 147-A do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Aparecida do Taboado/MS, 08 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0800967-27.2023.8.12.0024, em que constam como investigado E.Q.F⁸, e vítima P.M.C.S.B, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas com relação à infração penal prescrita no art. 147 do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal”.

Aparecida do Taboado/MS, 08 de fevereiro de 2024.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁶ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁷ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁸ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



BANDEIRANTES

EDITAL N. 0002/2024/PJ/BND**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil n. 06.2021.00001304-0

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes da Comarca de Bandeirantes, torna público o extrato de Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil n. 06.2021.00001304-0

COMPROMITENTE: O Ministério Público Estadual

COMPROMISSÁRIOS: José Furtado Borges Fátima de Souza Borges

Advogado Luiz Artur Moraes dos Reis, OAB/MS n. 24.973.

PROPRIEDADE RURAL: Fazenda Talismã, localizada no município de Bandeirantes/MS, composta pela matrícula nº 600, do Cartório de Registro de Imóveis de Bandeirantes/MS, inscrita no Cadastro Ambiental Rural sob o nº 0020512, totalizando aproximadamente a área de 281,4371 hectares. COORDENADAS GEOGRÁFICAS DO DANO: UTM 21K 761484 mE 7827117 mS (fls. 09), referentes a processos erosivos, desbarrancamento da borda da calha e assoreamento do curso d'água em Área de Preservação Permanente do Córrego Mimoso, na propriedade mencionada supra.

DAS OBRIGAÇÕES – As detalhadas no TAC.

Bandeirantes, 08/02/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0005/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00107804-5 em que constam como investigado Rosenildo da Silva e vítima Maria Antonia da Silva Santana, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** requer o **ARQUIVAMENTO** do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF, interpretada *a contrario sensu*."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 7 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0006/2024/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso-MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00196861-3 em que constam como investigado Laercio Vieira dos Santos e vítima Jaqueline dos Santos Melo, conforme se transcreve: "Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL** requer o **ARQUIVAMENTO** do inquérito policial, ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP e na Súmula 524 do STF, interpretada *a contrario sensu*."

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 7 de fevereiro de 2024.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça



SIDROLÂNDIA

NUMERO DO MP: 06.2024.00000106-7,**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima(s) **Viviana de Farias Talaveira** da decisão de arquivamento do Procedimento de Investigação Criminal nº 06.2024.00000106-7, conforme segue: promovo o arquivamento parcial do presente feito, com base no disposto no artigo 107, IV do Código Penal.

2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 07 de fevereiro de 2024.

JANELI BASSO
Promotora de Justiça

TRÊS LAGOAS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0003967-14.2022.8.12.0021, em que constam como investigado Cauã Brito de Abreu Monção Cruz e vítima Beatriz Araújo Pereira, conforme se transcreve: dada a ausência de justa causa a ensejar a propositura da ação penal, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento do incluso caderno investigativo, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP.

Três Lagoas, 07 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0008714-12.2019.8.12.0021, em que consta como vítima Joaquim Francisco da Silva, conforme se transcreve: como não se vislumbra possibilidade de colher novas provas para elucidar a autoria do crime em comento, o Ministério Público, em abono aos princípios da eficiência, celeridade e economia, promove o arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, do disposto no art. 18 do CPP.

Três Lagoas, 07 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

⁹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁰ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0008636-18.2019.8.12.0021, em que consta como vítima I. C. S. B., conforme se transcreve: como não se vislumbra a possibilidade de colheita de novas provas para identificação do autor do crime, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 07 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0901147-60.2023.8.12.0021, em que constam como investigada Cristiane Coelho dos Santos e vítima Supermercado Big Mart, conforme se transcreve: o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do incluso caderno investigativo, diante da atipicidade do fato nele apurado, com fundamento no art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 08 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0001742-55.2021.8.12.0021, em que constam como investigado Reinaldo Sales de Oliveira Júnior e vítima Ailton Vieira Figueiredo, conforme se transcreve: não havendo elementos indiciários mínimos a apontar autoria e materialidade dos delitos em apuração, o Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento do incluso inquérito policial, sem prejuízo, evidentemente, do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 08 de fevereiro de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

¹² “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”